

## A REPRESSÃO POLÍTICA PRATICADA NO INTERIOR DAS UNIVERSIDADES DURANTE O GOVERNO GEISEL (1974-1979) E A RESISTÊNCIA ESTUDANTIL.

DINORÁH LOPES RUBIM ALMEIDA<sup>1</sup>

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo central apresentar o panorama de repressão política sofrida pela comunidade universitária durante o governo do Presidente Ernesto Geisel, que entre outros instrumentos, utilizou amplamente os serviços da Assessoria de Segurança e Informações (ASI), criada em 1971 pelo Ministério da Educação e Cultura sob coordenação do Serviço Nacional de Informações, com intuito de coibir manifestações nas universidades que fossem contrárias à ditadura militar, instalada no Brasil após o golpe civil-militar de 1964. As ASIs representaram na prática, instrumentos de vigilância, monitoramento e intimidação aos discentes, docentes e técnicos administrativos, interferindo na estrutura e no ensino, e foi empregada para silenciar e desarticular as entidades estudantis, embora nem sempre logrando o êxito esperado, uma vez que os estudantes atuaram assiduamente na luta pela abertura política. No entanto, no governo Geisel, que anunciava uma distensão lenta e gradual, verificamos avanços e recuos nesse processo. É notória uma abertura controlada e negociada entre os militares e a elite econômica, abertura esta, que apesar de ser administrada pelas elites civil e militar, sofreu pressão de diversos setores sociais, entre eles, o movimento estudantil, que crescia e ganhava muita expressividade no cenário político e social brasileiro. Para desenvolver o trabalho utilizamos como referência a história do tempo presente e a cultura política, que neste período era autoritária e conciliatória; e como metodologia utilizamos a revisão bibliográfica e a análise dos

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Curso da Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES), Campus de Alegre. E-mail: dinorahrubim@yahoo.com.br

acervos da Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Educação (DSI/MEC), documentos do Serviço Nacional de Informação, encontrados no Arquivo Nacional (SNI/AN). Esperamos que essa pesquisa colabore para um melhor entendimento desse período histórico brasileiro, enfatizando que a censura e o monitoramento nas Universidades e movimentos sociais não ocorreram de maneira assídua apenas no período do governo Médici, e que tais movimentos, em especial o estudantil, foi um importante instrumento para pressionar a abertura política brasileira.

**Palavras-chave:** Geisel. Movimento Estudantil. Repressão. Universidades.

## 1 GOVERNO GEISEL: POLÍTICA AUTORITÁRIA E CONCILIATÓRIA

O governo que antecedeu o do presidente Ernesto Beckmann Geisel (1974-1979), foi o de Emílio Garrastazu Médici (1979-1974), do grupo “Linha dura”<sup>2</sup>, que com o Decreto 477<sup>3</sup> e o AI-5<sup>4</sup> nas mãos, desenvolveu uma gestão de forte repressão, destacando-se a

---

<sup>2</sup> A expressão “Linha dura”, que começou a ser empregada pouco depois do golpe de 1964, se referia aos militares radicais que defendiam o endurecimento do regime. Mas também serviu para caracterizar os que atravessavam a fronteira da indisciplina. Espalhada pelos quartéis e à direita do regime, a “linha dura” se opunha à vontade do então presidente Castello Branco de limitar os poderes excepcionais de que dispunha, a fim de normalizar a vida política nacional.

<sup>3</sup> Decreto 477, de 26 de fevereiro de 1969, conhecido como o “AI-5 do movimento estudantil”, que em seu artigo 1º, delimita seus alvos: estudantes, professores e funcionários das instituições de ensino superior público ou particular. Neste artigo também, são especificados atos considerados “subversivos” e apresentadas as punições correspondentes. Os professores e os funcionários poderiam sofrer demissão, não podendo ser contratados novamente por cinco anos; e os estudantes poderiam sofrer desligamento, sendo proibidos de ingressar em outras instituições de ensino pelo período de três anos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/De10477.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10477.htm)>. Acesso em: 20 jun. 2017.

<sup>4</sup> Ato Institucional nº 5, AI-5, baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva, foi a expressão mais acabada da ditadura militar brasileira (1964-1985). Vigorou até dezembro de 1978 e produziu um elenco de ações arbitrárias de efeitos duradouros, concedendo amplos poderes ao Executivo Federal, limitando os poderes legislativo e judiciário, além de restringir vários direitos civis. Segundo seu texto, são mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm)>. Acesso em: 20 jun. 2017.

perseguição, prisão e tortura de “subversivos” nas esferas sociais. Esse caso é notório dentro das Universidades, onde os órgãos do governo atuaram assiduamente. Segundo Motta (2008b: 38) o governo monitorou “33 Universidades”, através da Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI), sendo as primeiras criadas pela Portaria nº 10, BSB, de 13 de janeiro de 1971, com intuito de coibir manifestações contrárias à ditadura. Posteriormente, a AESI passou a adotar a nomenclatura de Assessoria Especial de Segurança (ASI).

O principal objetivo da AESI era espionar as atividades da comunidade universitária (esferas federal e estadual), investigando e levantando informações de docentes, técnicos administrativos e discentes que tivessem uma postura política contrária ao governo ditatorial, e de maneira geral, eram rotulados de “comunistas” ou “subversivos”. O órgão interferia no cotidiano da instituição, na estrutura e no ensino, e foi empregado para silenciar e desarticular as entidades estudantis.

*[...] A atuação das ASI (ou AESI) revela verdadeira obsessão em impedir a infiltração comunista e soviética nas universidades, dedicando-se, por exemplo, a monitorar o ensino de russo nas instituições brasileiras e a vigiar os estudantes retornados da URSS com diplomas obtidos naquele país. Essas agências não protagonizaram ações espetaculares, tampouco tinham poder incontestes, uma vez que alguns reitores nem sempre obedeciam a suas recomendações. Mas, em sua ação cotidiana, miúda, elas ajudaram a retirar da vida acadêmica um de seus elementos mais preciosos, a liberdade. Durante sua existência, elas contribuíram para criar nas universidades ambiente de medo e insegurança, que certamente atrapalhou a produção e reprodução do conhecimento, sobretudo nas áreas de saber mais visadas, para não falar do empobrecimento do debate político. (MOTTA, 2008: 45-46).*

A AESI coletava informações sobre atividades das lideranças estudantis e de professores, interferia na nomeação de cargos, controlava viagens de docentes e discentes para eventos científicos, censurava livros e materiais estudantis, proibia manifestações, proibia ou suspendia entidades estudantis, efetuava prisões, entre outras coisas. Nesse contexto de suspeição vários professores e técnicos administrativos foram perseguidos ou demitidos. Muitos alunos foram suspensos das aulas, perderam bolsas e outros benefícios ou foram desligados da Universidade.

Quanto a atuação dos governos militares nas universidades, notamos avanços e retrocessos, modernização e repressão; tudo isso gera uma polêmica entre alguns pesquisadores sobre a verdadeira intenção dos militares quanto aos projetos e as reformas no setor educacional. A respeito da modernização que se intensificou na década de 1970, é importante analisar um crescimento de ofertas de cursos superiores, a ampliação das universidades, a expansão dos cursos de pós-graduação e da infraestrutura de pesquisa, a criação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); tendo em contrapartida, a queda na qualidade do ensino, em especial no nível de graduação.

*[...] O AI-5 coincidiu com a decisão política de implantar efetivamente a reforma universitária, ao fim de um processo de debates e indefinições que se arrastaram entre 1964 e 1968. O impulso modernizador guardava relação umbilical com o recrudescimento do autoritarismo, já que o poder discricionário foi utilizado para remover obstáculos às alterações e impor agenda única aos grupos que se digladiavam em torno das propostas de mudança. Além disso, a aposta nas reformas significava, simultaneamente, uma estratégia de seduzir lideranças descontentes com os novos rumos políticos, oferecendo a elas, como uma espécie de compensação, aumento de investimentos na educação superior e na pesquisa. [...] Em fevereiro de 1969 foi editado o Decreto-Lei n.464, que estabelecia prazo de noventa dias para todas as universidades adaptarem seus estatutos às prescrições da Lei da Reforma Universitária (n.5.540). Claramente, o comando militar desejava acertar o passo da ofensiva repressora com o ritmo da modernização. (MOTTA, 2014: 242).*

O Presidente Geisel, da ala militar “Castelista”<sup>5</sup>, tomou posse em 15 de março de 1974, com o discurso de uma abertura lenta, gradual e irrestrita, lema que se concretizou de forma inversa ao longo do seu mandato. Dentro das Universidades, por exemplo, as ASIs, criadas no governo de seu antecessor, Presidente Emílio Garrastazu Médici, atuaram freneticamente, o que comentaremos adiante.

---

<sup>5</sup> Os “Castelistas” abrangia o grupo dos militares mais moderados, tratava-se de um grupo mais intelectualizado dos militares, que possuíam uma visão política estratégica bem delineadas. Eram seguidores das teorias de Castelo Branco, por isso, por vezes eram chamados também de “Castelistas” ou “Sorbone”.

O programa de distensão ou descompressão do regime, não nasceu junto com o Governo Geisel, ele se desenhou ao longo de seu mandato, o que levou o governo a tomar as rédeas do processo. Houve uma tímida distensão em 1974, porém um efetivo programa de abertura política só vai se efetivar a partir de 1978. É notória a seguinte observação:

*Quando olhamos para alguns dados isoladamente, o saldo repressivo do governo Geisel não autoriza falar em democracia ou mesmo em distensão: durante seu governo houve 39 opositores desaparecidos e 42 mortos pela repressão. A censura à imprensa, às artes e às diversões foi amplamente utilizada, abrandando-se somente em meados de 1976; o Congresso foi fechado durante 15 dias. (NAPOLITANO, 2016:.234)*

O autor prossegue em seu comentário:

*O processo de “distensão” e “abertura” era, sobretudo, um projeto de institucionalização do regime. Como estadista de visão estratégica, Geisel sabia que o aparato policialesco de repressão era insuficiente e arriscado para tutelar o sistema político, sob o risco do governo isolar-se dele. Efetivamente, há uma agenda de abertura, quando muito, só após 1977. Até então “abertura”, dentro da concepção palaciana, era sinônimo de institucionalização da exceção, descompressão pontual, restrita e tática e projeto estratégico de retirada para os quartéis sine die. A agenda de transição iniciada em 1977 se reafirma em 1978, seguida da indicação oficial de João Figueiredo para Presidência. Ou seja, a partir de então, já com a pressão das ruas e do próprio sistema político (nesta ordem), é que a abertura se transforma em um projeto de transição democrática, ainda que de longo prazo. (NAPOLITANO, 2016:.234)*

Em 1975, Geisel discursou em cadeia nacional e anunciou medidas que representavam um nítido recuo na política de distensão, que já demonstrava lentidão:

*Em 1º de agosto de 1975, o presidente foi à TV, em cadeia nacional, e proferiu o discurso conhecido como “pá de cal”, redefinindo o sentido da “distensão”. Nele, rejeitou o fim do AI-5, a revogação do Decreto-Lei nº 477, a revisão da Lei de Segurança Nacional, a promulgação de uma anistia e redução das prerrogativas do poder Executivo. (NAPOLITANO, 2016: 247)*

Sem dúvida, tais medidas demonstraram uma resposta do governo aos resultados das urnas de 1974, com a vitória do MDB para o Parlamento. A abertura poderia ocorrer,

desde que controlada pelo governo, que buscava uma distensão lenta e gradual, de acordo com seus interesses.

Em se tratando de repressão política, os sequestros, as torturas e mortes, dão lugar à figura dos desaparecidos. De acordo com Napolitano (2016: 243), “dos 169 militantes desaparecidos no Brasil, 53 ocorrências foram no ano de 1974, boa parte após a posse de Geisel”.

O assassinato do padre Henrique Pereira Neto, assessor de Dom Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife, e a prisão e tortura de frades dominicanos, durante a busca por Carlos Marighella, gerou um desconforto das forças religiosas e um atrito definitivo entre a Igreja Católica e o Estado. Atrito este agravado após a morte do líder estudantil Alexandre Vannuchi Leme, de 22 anos, que cursava geologia na USP, após ter sido levado ao DOI-CODI de São Paulo.

Dom Paulo Evaristo Arns, nomeado cardeal em 05 de março de 1973, pelo papa Paulo VI, inicia um ataque ao governo na defesa dos Direitos Humanos. Em 1973, rememorou a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Em 1974, Dom Evaristo Arns, entrega o governo uma lista de 22 desaparecidos, exigindo respostas, sendo que 21 dos desaparecimentos ocorreram no governo Geisel.

Em 1975, foi celebrado um culto ecumênico na Catedral da Sé, em memória do jornalista Vladimir Herzog, morto após se apresentar ao DOI-CODI, em São Paulo. A cerimônia foi dirigida por Dom Paulo Evaristo Arns, pelo pastor Jaime Wright e pelo rabino Henry Sobel, e reuniu cerca de 8 mil pessoas na Catedral da Sé e no seu entorno.

Em Janeiro de 1976, com a morte do sindicalista Manuel Filho, nas dependências do DOI-CODI, o presidente Geisel, que já havia solicitado ao comando do II Exército que controlasse a atitude dos seus agentes, chegou à conclusão que essas mortes eram um recado da “Linha dura” contra o processo de distensão. O Presidente resolveu agir e demitiu o general Ednardo D’Avila Mello em janeiro de 1976, procurando amenizar os efeitos da repressão, atenuando suas ações.

O governo Geisel que já havia reconhecido os resultados das eleições de 1974, e declarado o fim da censura prévia, prosseguiu em sua estratégia de distensão. Era preciso mostrar força governamental para controlar a cisão que se fazia notória dentro das forças armadas, e garantir uma abertura consensuada.

Idealizada pelo ministro da Justiça Armando Falcão, em 01 de julho de 1976, foi criada a Lei nº 6339/76<sup>6</sup>, conhecida como “Lei Falcão”, que de acordo com o Art 1º, § 1º, Inciso I, estabelece que “na propaganda, os partidos limitar-se-ão a mencionar a legenda, o currículo e o número do registro dos candidatos na Justiça Eleitoral, bem como a divulgar, pela televisão, suas fotografias, podendo, ainda, anunciar o horário local dos comícios”. Essa Lei representou mais um recuo no processo de abertura política, sendo uma reação aos resultados da eleição de 1974, que, como já demonstrados, tiveram saldos positivos para a oposição.

Em 13 de abril de 1977, Geisel decretou um conjunto de leis (emenda constitucional e seis decretos-Leis) que ficou conhecido como “Pacote de Abril”. Esse pacote mostrava nitidamente avanços e recuos no processo de abertura. Entre os recuos desse pacote, estava a criação do Senador Biônico, que consistia na eleição indireta de um terço do Senado. Uma medida que buscava reverter os resultados das eleições de 1974 para o Senado Federal.

Próximo ao final de seu mandato, em 13 de outubro de 1978, Geisel decretou o fim do Ato Institucional nº 5 (AI-5), através da promulgação da emenda constitucional nº 11<sup>7</sup>, restaurando o habeas corpus. A emenda constitucional entrou em vigor em 1º de janeiro de 1979. A revogação do AI-5, foi uma grande conquista no processo de transição política.

---

<sup>6</sup> Disponível em: < <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/103382/lei-falcao-lei-6339-76>>. Acesso em: 03 ago. 2017

<sup>7</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc\\_anterior1988/emc11-78.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc11-78.htm)>. Acesso em: 15 jun. 2017.

Portanto, é notória a política autoritária e conciliatória do Governo Geisel, o que também se refletiu na esfera educacional. A abertura política anunciada pelo governo Geisel, foi controlada pelos militares até a década de 1980, quando houve a abertura consensuada do regime. Segundo Napolitano (2016, p. 234) “a pressão das ruas talvez tenha sido o elo perdido e esquecido entre a tímida distensão de 1974 e a efetiva agenda de abertura em 1978”.

Após essa análise, podemos concluir com a afirmação de Gaspari (2014b: 35) que quando Geisel assumiu “*havia uma ditadura sem ditador. No fim do seu governo, havia um ditador sem ditadura*”, uma vez que Geisel passou para a história como o presidente da distensão, mesmo que controlada, e deu início a negociada transição política, que culminou na passagem do poder aos civis, em março de 1985.

## **2 MODERNIDADE E REPRESSÃO NO MEC: A GESTÃO DO MINISTRO NEY BRAGA**

O Presidente Geisel, que pertencia a ala militar Castelista, buscou formar seu ministério com políticos mais moderados. Nesse conjunto destaca-se Ney Amynthas de Barros Braga, paranaense (1917-2000, viveu 83 anos), que era major do exército brasileiro, mas seus interesses sempre estiveram voltados para a atuação política, onde logrou longa carreira de grande influência, ocupando os seguintes cargos: Prefeito de Curitiba (1954-1958); Governador do Paraná por dois mandatos (1961-1965; 1979-1982); Ministro da Agricultura (1965-1966); Senador da República (1967 - 1974); e Ministro da Educação e Cultura (1974-1978). Em 1985, Ney Braga assumiu a presidência da usina hidrelétrica Itaipu Binacional, onde ele encerrou sua carreira política em 1990. Ficou conhecido por promover a modernização do estado do Paraná, devido sua grande influência política; bem como, teve papel fundamental na instituição das principais lideranças políticas paranaenses.

Porém, o que nos interessa nesse artigo é sua função como Ministro da Educação. Pesquisar Ney Braga é entrar num terreno de paralelos extremos, elogios por sua visão

de modernização econômica, sua postura contra a instituição do AI-5; versus a sua íntima ligação com os militares, em especial no governo Marechal Carlos Humberto Castelo Branco e no governo de Ernesto Geisel, o que lhe dá um perfil autoritário, embora pertencente a ala militar Castelista.

Sem dúvida, foi durante o Governo Geisel que sua carreira política tem seu ápice, o que acontece na sua gestão frente ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), no período de 15 de março de 1974 a 30 de maio de 1978. Ney Braga foi empossado no mesmo dia que Geisel assumiu a Presidência da República. Ao comentar a escolha de Ney Braga para o Ministério, Geisel diz:

*Ney Braga, que foi para a Educação, eu conhecia desde que servi no Paraná. Era governador do estado e depois foi ministro do Castelo. E era um homem ligado a mim. Eu achava que pelo seu feitio, pela sua ponderação, pelo seu diálogo, poderia se dar bem com a classe estudantil. Queria alguém que tivesse predicados essenciais, tivesse habilidade, soubesse lidar, não fosse radical. E realmente, no meu governo, não houve muita perturbação, exceto na Universidade de Brasília, que mais se agitou. No conjunto da área, no país, houve relativa tranquilidade. (D'ARAÚJO; CASTRO, 1997: 267)*

Essa “relativa tranquilidade” citada na fala do presidente Geisel, procura amenizar de forma ineficaz, a grande mobilização estudantil de que se deu no país, não só na Universidade de Brasília (UnB), mas em várias outras Universidades. Apesar das arbitrariedades do AI-5 e o fechamento da União Nacional dos Estudantes (UNE) – em 1969 passa atuar na clandestinidade e em 1973 tem sua última diretoria desmantelada -, o Movimento Estudantil continuava a se mobilizar, e a partir de 1975, essa mobilização voltou a ter forte projeção, ganhando as ruas a partir de 1977, conforme a seguinte citação:

*O ano letivo de 1977 começou com uma série de greves em várias universidades: os alunos sextanistas da Medicina da UERJ permaneceram em greve os primeiros catorze dias de março, reivindicando a diminuição da carga horária e o aumento do valor das bolsas. Os acadêmicos da Medicina na UNESP também entraram em greve, pedindo verbas para o hospital e denunciando a redução de 20% em seus leitos. Os “novos sinais de vida”, como salientou a revista Veja, ao se referir à movimentações estudantis, naquele início de ano, também foram observados na UFMG, UFPE e UFGRS. (MÜLLER, 2016:129)*

Araújo (2007: 336-337) ressalta que após 1974, “[...] o movimento estudantil começou a viver um processo de reconstrução e revitalização”. Segundo a autora, o movimento passa a atuar “em dois níveis: de um lado, na reconstrução de suas entidades”, que seriam os diretórios, centros acadêmicos e a UNE; e, “de outro, atuando na frente de luta pelas liberdades democráticas”. Essa luta espalhou-se pelos universitários de todo o país. Os movimentos estudantis passaram a ser dirigidos por “tendências políticas”, e estavam ligados aos principais partidos e organizações de esquerda da época, todos em atividades clandestinas.

*Em 05 de maio, aproximadamente, 10 mil estudantes saíram da concentração em frente ao Largo de São Francisco com faixas, cartazes, palavras de ordem, como: “anistia; soltem nossos presos, liberdades democráticas, abaixo a carestia”. [...] A passeata foi reprimida por tropas comandadas pelo próprio secretário de Segurança de São Paulo, Erasmo Dias, no Viaduto do Chá, no momento em que todos os participantes, sentados no chão, liam em coro a carta e gritavam slogans de protesto. A resposta oficial foram bombas de gás lacrimogênio para dispersar a manifestação. (MÜLLER, 2016:132)*

O movimento estudantil (ME) levou o movimento político de volta às ruas, ganhando a simpatia da população e o apoio de outros setores de oposição ao regime. Os estudantes denunciavam prisões políticas, torturas e defendiam causas importantes, como a Campanha pela anistia. Embora o Ministro Ney Braga tratasse os movimentos estudantis como “expressão de uma minoria que pretendiam perturbar a ordem interna”, os ME só se avolumavam. A grande vitória dos estudantes ocorreu em 1979, quando a UNE foi recriada; e o movimento se fortaleceu como ator radical na resistência democrática.

O governo, em contrapartida, atua de modo a reprimir e tentar evitar ao máximo os alardes estudantis e da academia como um todo. As ASIs das Universidades atuaram de forma acelerada, na identificação de alunos, professores e auxiliares administrativos que estavam espalhando ideias contrárias ao governo, o que podemos verificar ao analisar os

documentos do Serviço Nacional de Informação (SNI), das ASIs e Relatórios da Comissão da Verdade de algumas Universidades, como a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e a Universidade de Brasília (UnB). Logo depois dos relatórios expedidos pelas Assessorias, os “agitadores” recebiam a devida punição por parte da reitoria e/ou outros órgãos do governo.

Em contrapartida a essa modernização que se efetuava no meio universitário, Ney Braga deparou-se com uma série de manifestações estudantis pelo país. O ano de 1977 foi marcada por grandes mobilizações, que reuniam cerca de 3 a 10 mil pessoas, acontecendo em São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Brasília, Minas Gerais, Bahia e outros estados. Os estudantes protestavam contra o regime e solicitavam liberdades democráticas e a libertação dos presos políticos. Nesses movimentos os órgãos de repressão agiram e dezenas de manifestantes foram presos.

Em maio de 1977, durante as manifestações estudantis, Ney Braga falou em cadeia de rádio e televisão:

*[...] Nós que entendemos a importância da universidade, não aceitamos que agitadores procurem tumultuar a vida tão calma, tão orientada, das instituições de ensino desta nação. A universidade repele a agitação. A universidade não aceita a radicalização. Tivemos demonstração disso nos dias da semana passada, quando parcela extraordinária de brasileiros ficou realmente nas salas de aula, estudando, se dedicando e sabendo que juntos estamos construindo o futuro desta nação. [...] O bom estudante aí está, participando nos estudos e participando no trabalho. [...] Esses merecem o nosso respeito. (GAZETA DO POVO, 1977, Mai, Dia 18:9)*

Esse trecho do discurso do Ministro Ney Braga retrata bem a política educacional que procurava implantar pensadores “dóceis” que desenvolvessem o país, sem questionar as decisões políticas. Essa ideia torna-se um paradoxo, impossível de se construir simultaneamente, embora Ney Braga, afim de não afrontar a oposição, dando-lhe motivos de protestos, muitas vezes, usando de tom moderado, instruía os reitores a agir com prudência na aplicação da repressão.

*No que tange ao Decreto 477, por exemplo, o ministro Jarbas Passarinho fez gestões nessa direção, enquanto seu sucessor, Ney Braga, adotou a mesma linha e anunciou que pretendia terminar o mandato sem aplicar o 477. Em julho de 1977, em meio à retomada do movimento estudantil, Braga enviou dizeres aos reitores para lidar com o “problema”: as forças de segurança seriam convocadas em caso de perturbação da ordem, mas deveriam ter cautela e discernimento para não punir injustamente e piorar a situação; os reitores deveriam manter canal aberto ao diálogo com estudantes não envolvidos na mobilização a fim de isolar os radicais, bem como abrir inquérito antes das punições, para avaliar melhor “a oportunidade e gradação das penas.” (MOTTA, 2014: 297)*

É claro que tal cautela, em algumas circunstâncias, não impediu que houvesse a repressão por parte dos órgãos de informação, que apesar da proposta de cuidado e negociação com alguns docentes e discentes, acabavam por tomar iniciativas de aposentar, prender, demitir, entre outras punições repressivas.

Interessante notar o paralelismo que há durante a gestão do Ministro Ney Braga, entre modernização e repressão. Podemos destacar como avanços com as seguintes realizações: desenvolvimento da Política Nacional de Pós-Graduação e o Crédito Educativo; reformulação da Empresa Brasileira de Filmes (Embrafilme), fundindo dois órgãos que atuaram na mesma área (Instituto Nacional de Cinema e a própria Embrafilme); foram criados a Fundação Nacional da Arte (FUNARTE), o Conselho Nacional de Cinema (CONCINE) e o Conselho Nacional de Direito Autoral. A profissão de artista foi regulamentada.

Segundo Ney Braga, o MEC não teve problemas com a censura: *“Ao contrário, atuava como uma espécie de poder moderador do governo. Os órgãos de censura de espetáculos e diversões públicas estavam em outros setores”* (BRAGA, 1996: 257). Podemos interpretar que o MEC teria a função política de se aproximar da classe artística, como o próprio Ney Braga afirmou: *“O MEC servia de canal para o governo de aproximar da classe artística, que era porta-voz de vastos setores da sociedade.”* (BRAGA, 1996: 257). Portanto, a intenção era de desenvolver e controlar; calar os artistas diante dos desmandos de um governo ditatorial, concedendo algumas aquisições para a classe. No entanto, notamos que tal estratégia não alcançou o êxito esperado, pois

a grande maioria artística posicionou-se a favor da abertura política e da Campanha pela anistia.

Entretanto, quanto ao MEC, esse estudo foca sua atuação no Ensino Superior, que no período de Geisel prosseguia com a política investimento nos cursos de Pós-graduação, incentivando a pesquisa e a formação de mão de obra que ajudaria no processo de modernização das universidades e da economia do país.

*Em certas circunstâncias, já que grupos diversos ocupavam lugares distintos no aparelho do Estado, adotaram-se políticas contraditórias. Por exemplo, enquanto certos líderes batalhavam pelo sucesso da reforma universitária, criando melhores condições de trabalho para os professores, os comandantes da máquina repressiva intensificavam os expurgos, lançando insegurança e desânimo nos meios acadêmicos. (MOTTA, 2014: 290)*

A partir do momento que o regime militar decide pela modernização e incentivo a pesquisa nas universidades, com a ampliação da oferta de vagas estudantis, e conseqüentemente aumento de docentes acadêmicos, era inevitável que um grupo intelectual, pensante e questionador, começasse a se organizar e a incomodar a cúpula da política brasileira.

Nisso fica latente um paradoxo no governo militar: modernizar e reprimir. Quando se ampliaram as vagas universitárias, expandiram o leque de professores acadêmicos, e se investiram em pesquisa e avanços técnicos e tecnológicos, os governos ditatoriais começaram a pisar em uma zona movediça, pois era natural que emergisse uma massa pensante que conflitasse com a atuação do governo ditatorial. Desenvolver e modernizar as universidades sem gerar um grupo sólido de visão contrária as atrocidades de um regime autoritário, era algo impossível.

*O grande paradoxo do regime militar brasileiro – e essa afirmação não vale apenas para o sistema universitário brasileiro – residiu no fato de expressar, a um só tempo, impulsos conservadores e modernizantes que por vezes geraram ações contraditórias. O desejo modernizador implicava desenvolvimento econômico e tecnológico. [...] No entanto, o sucesso das políticas modernizadoras colocava em xeque as utopias conservadoras, pois solapava as bases da sociedade tradicional ao promover a mobilidade social e urbana em ritmo acelerado. Aí reside uma das mais peculiares*

*manifestações contraditórias do regime: seu sucesso econômico levava à destruição da ordem social defendida por muitos de seus apoiadores. Por outro lado, se levado às últimas consequências, o programa conservador oporia obstáculos à modernização, pois o expurgo de todos os “suspeitos” e “indesejáveis”, grupo bem apresentado na elite universitária do país, significaria perda de quadros fundamentais para o projeto modernizante. (MOTTA, 2014: 289)*

Surge, portanto, uma contradição, o governo tecnocrata passa a ter que vigiar e reprimir a massa que ajudou a constituir para que fosse utilizada no processo de modernização da nação. Controlar isso, era um desafio que se avolumou na segunda metade da década de 1970, e acabou contribuindo para o processo de transição política que se firmou a partir de 1978, envolvendo diversos grupos sociais, com maior destaque para os movimentos estudantis.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No governo Geisel notamos um “amadurecimento” e fortalecimento das ASIs, com uma produção expressiva de documentos investigatórios dentro das comunidades universitárias. A lógica é simples, quando se prega o abrandamento da repressão (em relação ao governo anterior) é necessário aumentar a vigilância, para que a máquina governamental não saia do controle.

Verificamos uma modernização universitária, cheia de vigilância e repressão; pois o governo ditador não queria abrir mão de seu controle e nem ter que optar entre modernizar e conservar. O governo militar procurava a institucionalização do regime, mas acabou indo pelo caminho da distensão política cheia de percalços, com avanços e muitos recuos.

Os movimentos sociais, dando ênfase ao movimento estudantil, reagiram à política de repressão do governo militar na década de 1970, tendo grande destaque no governo Geisel. É notório que apesar da abertura política ser negociada entre a elite militar e a

elite político-econômica civil, os movimentos sociais apesar de não serem o principal “motor” da abertura, fizeram parte de um contexto histórico de pressão política, que contribuiu sobremaneira para acelerar o ritmo rumo ao fim da já desgastada ditadura militar brasileira.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Lutas democráticas contra a ditadura. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). **Revolução e democracia (1964...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2007, p. 321-353.

BRAGA, Ney Amyntas de Barros, (1996). **Ney Braga: Tradição e mudança na vida política**. Entrevista a Adherbal Fortes de Sá Jr. Curitiba: Ed. do autor.

D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES & CASTRO, Celso (Org.). **Ernesto Geisel**. 2. ed Rio de Janeiro: FGV, 1997.

KUNHAVALIK, José Pedro. **Ney Braga: trajetórias políticas e bases do poder**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina). 1999, 227 p.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. **As Universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

\_\_\_\_\_. **Incômoda memória: os arquivos das ASI universitárias**. *Acervo*. Rio de Janeiro, v. 16, 2008 a, p. 32-50.

MÜLLER, Angélica. **O movimento estudantil na resistência à Ditadura Militar (1969-1979)**. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

NAPOLITANO, Marcos. “A democracia relativa”: os anos Geisel. In: NAPOLITANO, Marcos. **1964 História do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2016, p. 229-254.

## ACERVOS PESQUISADOS



16

Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Educação (DSI/MEC), 1974-1978

Serviço Nacional de Informação, encontrados no Arquivo Nacional (SNI/AN), 1974-1978

Jornal GAZETA DO POVO, 1977, Mai, Dia 18:9